

**Sergio Franco de Lima Filho**

# **LEGITIMIDADE ATIVA NAS AÇÕES TRANSINDIVIDUAIS**

**Da Representatividade Adequada Diante  
do Direito Processual Coletivo Brasileiro**

Curitiba  
Juruá Editora  
2014

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-4895-0**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Lima Filho, Sergio Franco de.

L732 Legitimidade ativa nas ações transindividuais:  
da representatividade adequada diante do direito  
processual coletivo brasileiro./ Sergio Franco de  
Lima Filho./ Curitiba: Juruá, 2014.  
326p.

1. Direito processual. 2. Ações (Direito). 3. Le-  
gitimidade. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)  
CDU 347.9

000174

---

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 1 – A ATENÇÃO VOLTADA AOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS .....</b>	<b>31</b>
1.1 A Sociedade Contemporânea e os Direitos Transindividuais.....	31
1.2 Os Direitos Transindividuais como Direitos Fundamentais de Terceira Dimensão .....	33
1.3 Direitos ou Interesses Transindividuais? .....	40
1.4 Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.....	47
1.5 Direitos Essencialmente Transindividuais: os Direitos Difusos e os Direitos Coletivos em Sentido Estrito .....	52
1.5.1 Direitos difusos .....	52
1.5.2 Direitos coletivos em sentido estrito .....	56
1.6 Direitos Acidentalmente Transindividuais: os Direitos Individuais Homogêneos.....	61
1.7 A Fungibilidade Aplicada à Caracterização dos Direitos Transindividuais .....	67
<b>Capítulo 2 – A PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE SE PROPORCIONAR TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E ADEQUADA AOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS .....</b>	<b>77</b>
2.1 As Ondas Renovatórias de Acesso à Justiça e a Tutela dos Direitos Transindividuais .....	77
2.1.1 As três ondas renovatórias de acesso à justiça .....	80
2.1.2 A segunda onda renovatória e a tutela jurisdicional dos direitos transindividuais .....	87

2.2	Impossibilidade de Aplicação dos Mecanismos Clássicos de Tutela Jurisdicional Individual à Tutela Jurisdicional dos Direitos Transindividuais .....	89
2.3	Necessidade de se Conceber Instrumentos Próprios de Tutela Jurisdicional dos Direitos Transindividuais.....	96
2.4	A Evolução da Tutela Jurisdicional dos Direitos Transindividuais.....	101
2.4.1	Direito romano .....	101
2.4.2	Direito inglês.....	104
2.4.3	Direito americano.....	114
2.4.4	Direito de tradição romano-germânica.....	128
2.4.5	Direito brasileiro .....	137
2.5	Os Dois Pontos Sensíveis em Relação à Tutela Jurisdicional dos Direitos Transindividuais: Legitimidade Ativa e Coisa Julgada .....	143
2.5.1	A Legitimidade ativa e a tutela jurisdicional dos direitos transindividuais .....	144
2.5.2	A coisa julgada e a tutela jurisdicional dos direitos transindividuais .....	146

### **Capítulo 3 – DA LEGITIMIDADE ATIVA PARA O AJUIZAMENTO DE DEMANDAS TRANSINDIVIDUAIS NO DIREITO BRASILEIRO .....**

3.1	Da Legitimidade Ativa nas Ações de Cunho Individual .....	160
3.1.1	Da legitimidade ativa como condição da ação .....	160
3.1.2	Do conceito de legitimidade ativa .....	162
3.1.3	Da legitimidade ativa ordinária e extraordinária .....	169
3.1.4	De outras classificações sobre a legitimidade ativa .....	173
3.2	Da Legitimidade Ativa nas Ações Coletivas .....	175
3.2.1	Do tratamento normativo da matéria.....	177
3.2.2	Da natureza da legitimidade ativa para as ações de caráter coletivo.....	179
3.2.3	Da legitimidade ativa concorrente e disjuntiva nas ações coletivas .....	185
3.2.4	Do rol dos legitimados ativos para a propositura de demandas coletivas .....	185
3.2.4.1	Do Ministério Público .....	186
3.2.4.2	Da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal .....	191

3.2.4.3	Das entidades e órgãos da Administração Pública direta e indireta .....	194
3.2.4.4	Das associações.....	195
3.2.4.5	Da Defensoria Pública .....	206
3.2.5	Do requisito da pertinência temática .....	214

## **Capítulo 4 – DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO ÂMBITO DA TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS DIANTE DO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO BRASILEIRO .....217**

4.1	Da Representatividade Adequada no Âmbito da Tutela Jurisdicional dos Direitos Transindividuais: Aproximação Inicial.....	217
4.1.1	Conceito de representatividade adequada .....	220
4.1.2	Sistemas de aferição da representatividade adequada .....	223
4.1.2.1	Sistema <i>ex vi legis</i> .....	223
4.1.2.2	Sistema <i>ex vi judicis</i> .....	224
4.1.3	Critérios para a aferição da representatividade adequada diante do sistema <i>ex vi judicis</i> .....	224
4.2	Da Representatividade Adequada na Perspectiva Comparada .....	229
4.2.1	Da representatividade adequada nas <i>class actions</i> : controle <i>ex vi judicis</i> .....	229
4.2.2	Da representatividade adequada nos países de <i>civil law</i> .....	237
4.3	Da Importância da Representatividade Adequada em Relação ao Devido Processo Legal e à Efetividade do Processo nas Demandas Transindividuais .....	243
4.3.1	Da representatividade adequada e sua importância para o devido processo legal no âmbito da tutela jurisdicional dos direitos transindividuais .....	243
4.3.2	Da representatividade adequada e sua importância para a efetividade da tutela jurisdicional dos direitos transindividuais .....	247
4.4	Da Representatividade Adequada no Direito Processual Transindividual Brasileiro.....	248
4.4.1	A posição predominante: sistema <i>ex vi legis</i> de disposição dos entes considerados adequados representantes da coletividade titular do direito transindividual discutido no processo, sem possibilidade de verificação da representatividade adequada pelo juiz no caso concreto .....	248

4.4.2	A insuficiência da posição que nega ao juiz a possibilidade de aferir em concreto a representatividade adequada no direito brasileiro: a importância da representatividade adequada em relação ao devido processo legal e à efetividade do processo nas demandas transindividuais .....	252
4.4.2.1	Devido processo legal na perspectiva transindividual e representatividade adequada.....	252
4.4.2.2	Efetividade da tutela jurisdicional transindividual e representatividade adequada .....	254
4.4.3	A necessidade de se observar a representatividade adequada em concreto no direito processual transindividual brasileiro a fim de se garantir o respeito ao devido processo legal e à efetividade da tutela jurisdicional transindividual.....	257
4.4.4	A solução na perspectiva do presente trabalho .....	262
4.4.4.1	Premissas necessárias.....	262
4.4.4.2	A solução propriamente dita .....	272
4.4.5	A constatação judicial da ausência de representatividade adequada e suas consequências .....	287
4.4.6	A apuração da falta de representação adequada depois do trânsito em julgado da sentença coletiva.....	289
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>295</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>299</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>311</b>